

OFÍCIO GAPRE/PMO Nº 239 /2023

Orobó, 05 de setembro de 2023.

Exma. Senhora

MARIA DO CARMO DE AGUIAR DA SILVA

MD Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Orobó/PE.

CÂMARA MUNICIPAL DE OROBÓ
PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

Nº _____ DATA 3/09/2023

AS 13 Hrs.

[Assinatura]
Ass. do Recebtor

Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei nº 9/2023 que dispõe sobre o auxílio financeiro da União para complementação do piso salarial nacional dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteira da área de Saúde Pública repassado à Prefeitura Municipal de Orobó referente ao exercício de 2023, dispostos na Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2022, e dá outras providências.

Senhora Presidente,

Estamos encaminhando, em anexo, o **PROJETO DE LEI Nº 9/2023** em apenso, que dispõe sobre o auxílio financeiro da União para complementação do piso salarial nacional dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteira da área de Saúde Pública repassado à Prefeitura Municipal de Orobó referente ao exercício de 2023, dispostos na Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2022, e dá outras providências, devidamente acompanhado da Mensagem, pugnando por sua apreciação na forma da Lei Orgânica e do Regimento Interno dessa Casa, excepcionalmente em regime de **Urgência Urgentíssima**, tendo em vista a necessidade de proceder ao repasse do complemento do piso da enfermagem dentro do prazo de trinta dias fixado pelo Governo Federal.

Atenciosamente,


SEVERINO LUIZ PEREIRA DE ABREU
Prefeito

MENSAGEM Nº 9/2023

Exma. Senhora

MARIA DO CARMO DE AGUIAR DA SILVA

MD Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Orobó/PE.

Senhora Presidente,
Senhores Vereadores:

Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e digníssimos pares, para exame, discussão e votação, o apenso Projeto de Lei que dispõe sobre o auxílio financeiro da União para complementação do piso salarial nacional dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteira da área de Saúde Pública repassado à Prefeitura Municipal de Orobó referente ao exercício de 2023, dispostos na Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2022, e dá outras providências.

Como bem sabem Vossas Excelências ultrapassamos recentemente uma grave crise sanitária que afetou a todos nós. O enfrentamento da pandemia no novo coronavírus covid-19 mostrou o comprometimento a dedicação dos profissionais da saúde que expuseram suas próprias vidas, numa luta contra um inimigo inicialmente desconhecido. Os profissionais da enfermagem, certamente, tiveram uma marcante atuação na linha de frente da pandemia, mesmo trabalhando com baixa remuneração e em condições de trabalho, muitas vezes insalubres ou precárias.

Nesse cenário havia uma necessidade, um clamor de fazer algo em prol da categoria, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados e de gratidão pela dedicação no cuidado dos pacientes, o que forçou o Parlamento brasileiro a editar a Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2022, que fixou o piso nacional para o enfermeiro, do técnico em enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

A implementação do piso, porém, tem enfrentado muitas dificuldades tendo em vista que a despesa com o piso não indicava a fonte de receita. O questionamento da lei chegou ao STF, que através da ADI Nº 7222, de relatoria do Min. Roberto Barroso, que decidiu a matéria no julgamento virtual do dia 23/06/2023 a 20/06/2023. Logo em seguida o Governo Federal publicou a Portaria GM/MS n 1.135 de 16 de agosto de 2023, para normatizar o repasse do complemento em favor dos estados, municípios e santas casas, e, com isso, viabilizar a sua implementação em todo o país.

Assim sendo, com a destinação de recursos do Ministério da Saúde na forma de auxílio financeiro da União para complementação do piso salarial nacional dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteira da área de Saúde Pública o piso passou, de fato, a ser uma realidade em todos os municípios.

Desta forma foi preparada a propositura em apreço que, alinhada ao comando normativo pátrio, prevê o repasse da complementação financeira para o cumprimento do piso salarial nacional proporcional à carga horária de 44 horas semanais de trabalho sobre o valor de R\$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais) na proporção de 100% (cem por cento) do piso salarial nacional para o cargo de enfermeiro; de 70% (setenta por cento) do piso salarial nacional para o cargo de técnico em enfermagem; e de 50% (cinquenta por cento) do piso salarial nacional para o cargo de auxiliar de enfermagem e parteira.

Precisamos aprovar rapidamente o presente projeto, uma vez que temos apenas prazo exíguo de trinta dias para proceder ao repasse conforme estabelecido na Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, com pagamento do complemento retroativo a maio/2023.

Diante dessas justificativas, estamos enviando o presente Projeto de Lei a essa ínclita Casa Legislativa, para apreciação pelos nobres Vereadores, e considerando tratar-se de matéria de interesse público, solicitamos que seja apreciada em regime de **URGÊNCIA, URGENTÍSSIMA** por essa Casa legislativa na forma regimental, tendo em vista a necessidade de proceder ao repasse dentro do prazo estipulado pelo Governo Federal.

Gabinete do Prefeito de Orobó, 05 de setembro de 2023; 95º da Emancipação.


SEVERINO LUIZ PEREIRA DE ABREU
Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 9/2023

Ementa: Dispõe sobre o auxílio financeiro da União para complementação do piso salarial nacional dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteira da área de Saúde Pública repassado à Prefeitura Municipal de Orobó referente ao exercício de 2023, dispostos na Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2022, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OROBÓ**, sua Excelência o senhor Severino Luiz Pereira de Abreu, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e na forma da Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2022 e Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, submete à apreciação da Câmara de Vereadores de Orobó o seguinte Projeto de Lei:

Art.1º. Fica o chefe do Executivo Municipal autorizado a proceder o repasse da complementação financeira para o pagamento do piso salarial nacional para os profissionais da enfermagem da rede pública municipal de saúde, das entidades privadas sem fins lucrativos com certificação de entidade de assistência social na área da saúde e das entidades privadas contratualizadas ou conveniadas, que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

§1º. Para os fins do disposto no caput será repassada a complementação financeira para o cumprimento do piso salarial nacional proporcional à carga horária de 44 horas semanais de trabalho sobre o valor de R\$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais).

§2º O valor estabelecido no caput será devido na seguinte proporção:

- I- 100% (cem por cento) do piso salarial nacional para o cargo de enfermeiro;
- II- 70% (setenta por cento) do piso salarial nacional para o cargo de técnico em enfermagem;
- III- 50% (cinquenta por cento) do piso salarial nacional para o cargo de auxiliar de enfermagem e parteira.

Art. 2º. A implementação da diferença remuneratória resultante do piso salarial nacional previsto no artigo 1º desta Lei, deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2023, de acordo com os repasses à título de assistência financeira complementar, pelo orçamento da União.

Parágrafo único. Não será exigível o pagamento do complemento do piso nacional por parte do Município de Orobó, se houver insuficiência da assistência financeira complementar da União mencionada no caput.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir o objeto desta Lei na Lei Municipal nº 1.121/2021, Plano Plurianual – PPA/ /2025, na Lei Municipal nº 1.144/2022-LOA e na Lei Municipal nº 1.139/2022- LDO, vigentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de maio de 2023.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Orobó, 05 de setembro de 2023; 95º da Emancipação.


SEVERINO LUIZ PEREIRA DE ABREU
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE OROBÓ

Aprovado em 1º Discussão
por unanimidade Na reunião
de 20/09/2023

Severino

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE OROBÓ

Aprovado em 2º Discussão
por unanimidade Na reunião
de 20/09/2023

Severino

Presidente

Projeto de Lei nº 09/2023

LISTA DE PROFISSIONAIS CONTEMPLADOS - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR DA UNIÃO – MAIO A AGOSTO

* Governo Federal fixou data para ajuste até o dia 15/09/2023.

CPF	NOME	COMPLEMENTO UNIÃO/MÊS
02**94**4-**	MARIA BARBOSA DA SILVA	1.640,67
02**80**4-**	ANGELINA GOMES DA SILVA	483,64
02**54**4-**	GRACINEIDE AGUIAR DE LIMA	NÃO CADASTRADA NO COFEN
03**97**4-**	ANA CAROLINA VANDERLEI DO REGO	2.099,05
03**66**4-**	MARIA JOSÉ RODRIGUES DA SILVA	483,64
03**97**4-**	ANDREA MARIA DOS SANTOS	483,64
04**62**4-**	MARIA APARECIDA DA SILVA LOPES REIS	NÃO CADASTRADA NO COFEN
05**65**4-**	MARILIA CORREIA DE OLIVEIRA	SALÁRIO COMPATÍVEL
05**43**4-**	ANUNCIADA MARIA DA SILVA	493,64
05**09**4-**	ELIZANGELA CAETANO MORAIS DE BRITO	425,25
05**09**4-**	RAFAEL RODOLFO OLIVEIRA DA SILVA	459,44
06**54**4-**	PAULA ALBUQUERQUE DE AZEVEDO BARBOSA	2.285,27
06**64**4-**	KATIA MELANIA LOPES DA SILVA	NÃO CADASTRADA NO COFEN
06**79**4-**	CAMILA CAROLINA DA SILVA ANDRADE	951,42
07**86**4-**	LIDIANA MARIA DE SOUZA	1.668,53
07**48**4-**	DANIERY GESSICA SOARES GOMES	369,01
07**27**4-**	LETICIA VIRGINIA HENRIQUE ALVES DE SOUSA RIBEIRO	369,01
07**02**4-**	SHIRLENE ALEIXO XAVIER SILVA	1.606,48
07**57**4-**	MARIA DAIANE SEVERINA DA SILVA RIBEIRO	483,64
07**57**4-**	MARIA DAIANE SEVERINA DA SILVA RIBEIRO	1.314,04
08**73**4-**	GRAZIELLE CAVALCANTE DE SOUZA CARNEIRO	2.099,05
08**65**4-**	ERONEIDE FERREIRA DE OLIVEIRA	1.640,67
08**95**4-**	DAYANE GOMES DE OLIVEIRA	2.099,05
08**82**4-**	PEDRO VICTOR FARIAS DO NASCIMENTO	2.099,05
08**82**4-**	PEDRO VICTOR FARIAS DO NASCIMENTO	990,91
08**79**4-**	ELDA VITOR DA SILVA	425,25
08**38**4-**	GIOVANA SANTOS DA SILVA AGUIAR	1.674,86

08**23**4-**	TAMIRIS AGUIAR DA SILVA	493,64
09**15**4-**	TAYSE EMILIA BARACHO ALBUQUERQUE FARIAS	2.099,05
09**41**4-**	JULIANA CARVALHO ANDRADE GUERRA	2.099,05
09**87**4-**	ALINE MARIA DA SILVA CABRAL	483,64
09**12**4-**	FLAVIANE FERNANDA DE ARAUJO SILVA	2.099,05
09**98**4-**	MARIA ISABELLE BARBOSA DA SILVA BRITO	2.099,05
09**58**4-**	PALOMA MERLI NASCIMENTO SILVEIRA	369,01
09**06**4-**	RAFAELE FERREIRA DE OLIVEIRA	1.702,73
09**87**4-**	MAGNA VANICE DOS SANTOS SILVA AGUIAR	990,91
09**42**4-**	RUBEM TABOSA DE ANDRADE FILHO	951,42
09**70**4-**	MARIA PRISCILA DA SILVA	1.640,67
09**68**4-**	MARIA JOSIANE DE FRANÇA SILVA	391,06
10**46**4-**	CINTIA GOMES DA SILVA	2.099,05
10**80**4-**	QUEZIA TENORIO FERREIRA	2.099,05
10**05**4-**	LUCRECIA GOMES DA SILVA LIMA	483,64
10**98**4-**	RAYANE DE MELO BARBOSA	493,64
10**31**4-**	KATHIA RAYANE DOS SANTOS LIMA	369,01
10**20**4-**	FILIFE SOUZA LEMOS	2.099,05
10**47**4-**	BRENDA DA SILVA CAMELO	391,06
11**00**4-**	ALBERTO DOGLAS XAVIER BARBOSA	483,64
11**33**4-**	JOSIANE MARIA DE SOUZA	1.260,91
11**22**4-**	MARIA JOSICLEIDE DE FRANÇA	1.674,86
12**76**4-**	LILLYAN RANIELI BARBOSA DA SILVA	2.099,05
12**80**4-**	MATHEUS B. SILVA	483,64
12**06**4-**	MARIA NATALIA DE ALBUQUERQUE MELO	2.099,05
43**75**4-**	JOSEFA OLIMPIA DA SILVA LIMA	483,64
43**75**4-**	JOSEFA OLIMPIA DA SILVA LIMA	1.627,28
55**89**4-**	MARIA DA GLORIA DA ROCHA BARBOSA	CARGA HORÁRIA INCOMPATÍVEL
55**89**4-**	MARIA DA GLORIA DA ROCHA BARBOSA	CARGA HORÁRIA INCOMPATÍVEL
71**20**4-**	GREYCIELE SANTANA DA SILVA	1.674,86
71**21**4-**	ANA CRISTINA DE LIMA AGUIAR SILVA	222,34
71**21**4-**	ANA CRISTINA DE LIMA AGUIAR SILVA	932,94
71**26**4-**	SONIA MARIA DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE	NÃO CADASTRADA NO COFEN
77**25**4-**	MARIA APARECIDA AGUIAR DE SOUZA	NÃO CADASTRADA NO COFEN

93**52**4-**	MARIA JOSE ALVES DA SILVA XAVIER	483,64
93**53**4-**	MARIA DA CONCEIÇÃO DE AGUIAR	483,64
97**20**4-**	ROSIANE BARBOSA DA SILVA AGUIAR	483,64

* Relação extraída do INVESTSUS